

MERCADO DE TRABALHO

País tem desafio de formar profissionais em meio a demanda crescente. Mercado não consegue reter talentos experientes, assediados por multinacionais

Brasil enfrenta apagão de profissionais de TI

» PEDRO JOSÉ*

O mercado de tecnologia da informação (TI) no Brasil enfrenta um desafio, que é a escassez crescente de profissionais qualificados. Um relatório da Google for Startups, de 2023, prevê que o Brasil terá um déficit de 530 mil profissionais de TI até 2025. Esse déficit deve-se a um desequilíbrio entre a oferta de trabalho e a disponibilidade de talentos.

Uma das principais causas é a progressiva demanda por serviços e soluções tecnológicas. A medida que empresas de diversos segmentos buscam se digitalizar e adotar novas tecnologias aumenta exponencialmente a necessidade por profissionais capacitados em áreas como desenvolvimento de software, segurança da informação, análise de dados e infraestrutura de redes.

O sistema educacional brasileiro também tem um déficit na formação de profissionais. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), de 2021 a 2025, anualmente, somente 53 mil profissionais irão se formar.

No Distrito Federal, onde há a necessidade de proteger dados governamentais críticos, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que, até 2025, será necessário formar mais de 100 mil profissionais somente no DF.

Outro ponto relevante é a falta de profissionais seniores. O mercado muitas vezes não consegue reter talentos experientes, o que prejudica a transferência de conhecimento e a formação de novos especialistas, conforme explicou **Ciro Jacob**, fundador

e CEO do Meu RH 360.

“Com o aumento da demanda de profissionais da área e com a desvalorização do real, os que trabalham com tecnologia e são mais preparados, com o inglês fluente, acabaram sendo assediados por multinacionais, por empresas que estão em outro país e que acabam pagando por esse recurso muito barato. É barato para os americanos contratarem no Brasil ou na Índia”, explica Jacob, que afirma que isso acaba ajudando a esvaziar o mercado nacional.

A pandemia teve um papel importante na necessidade de acelerar a automação de processos, o que aumentou bastante a demanda por pessoas especializadas em desenvolvimento de software, criação de infraestrutura, segurança e tudo o que envolve a questão de desenvolvimento e automação.

“Juniorização”

Segundo Jacob, com a alta demanda e a escassez de profissionais, foi observada uma tendência de “juniorização” entre aqueles disponíveis. “Alguns se autodenominam seniores, mas, na realidade, estão no nível de júnior ou pleno. Se não



Veremos cada vez mais profissionais júnior no mercado nacional, enquanto nossos talentos mais qualificados buscarão oportunidades em empresas estrangeiras

Ciro Jacob, CEO do Meu RH 360

tomarmos medidas, esse déficit continuará crescendo. Veremos cada vez mais profissionais júnior, sem experiência, no mercado nacional, enquanto nossos talentos mais qualificados buscarão oportunidades em empresas estrangeiras”, ressalta.

Para tornar o mercado nacional mais atrativo, o CEO acredita que é necessário uma maior organização. “Deve-se coibir ações de múltiplos trabalhos e empregos, profissionalizando o mercado e contratando mais profissionais pelo regime CLT. Um plano de desenvolvimento e carreira claro, com metas bem definidas, além de pacotes de benefícios atraentes, contribuiria para essa mudança”, afirma. “Atualmente, a maioria dos contratados na área são PJ, o que impede o acesso a benefícios tanto para eles quanto para seus familiares. Essas medidas certamente tornaram o mercado mais atrativo”, completa.

As áreas que devem ser mais afetadas por esse déficit são desenvolvimento de software, segurança da informação e inteligência artificial, conta o professor Washington Fábio de Souza Ribeiro, coordenador dos cursos de Tecnologia da Informação do Centro Universitário Uniceplac.

Inteligência Artificial

Uma recente pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou que 37% dos empregos em território nacional poderão ser afetados pela IA, e isso equivale a cerca de 37 milhões de brasileiros impactados. “Setores como segurança da informação e inteligência artificial estão particularmente vulneráveis devido à sua importância estratégica”, destaca Spuzza Ribeiro.

Em Brasília, ele afirma que a necessidade de proteger dados governamentais críticos “torna a escassez de especialistas em segurança cibernética um risco significativo”. “Além disso, a falta de profissionais capacitados em inteligência artificial pode limitar a capacidade de implementação de tecnologias inovadoras que são essenciais para melhorar a eficiência e a eficácia dos serviços públicos”, explica.

Outra questão, é como os profissionais podem se qualificar da melhor forma para atender as necessidades do mercado, para Riveiro, a qualificação contínua é essencial para que os profissionais de TI mantenham sua relevância no mercado. Ele explica que a constante atualização por meio de cursos, certificações e participação em eventos do setor é algo necessário.

“Além disso, o networking e a participação ativa em comunidades de tecnologia podem abrir novas oportunidades e ajudar os profissionais a se manterem atualizados sobre as últimas tendências e inovações”, conclui.

***Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

Shutterstock



Um relatório da Google for Startups, publicado no ano passado, prevê que o Brasil terá um déficit de 530 mil profissionais de TI até 2025

CELULAR SEGURO

Governo amplia tecnologia contra roubos e furtos

Em 2023, o Brasil registrou um total de 937.294 ocorrências de roubo e furto de celular em delegacias do país, o que equivale a quase dois aparelhos por minuto. De acordo com uma pesquisa Datafolha, divulgada neste mês, quase 10% dos brasileiros tiveram seus aparelhos roubados ou furtados no último ano.

Com base na proporção de entrevistados e no tamanho da população, a estimativa é de que aproximadamente 14,7 milhões de brasileiros foram vítimas do crime no período analisado. Isso equivale a cerca de 1.680 celulares roubados ou furtados por hora no país, número significativamente maior do que os registros oficiais.

Na tentativa de combater esse problema, o Ministério da Justiça e Segurança Pública criou o programa Celular Seguro. Através de plataformas, tanto pelo site quanto por aplicativos para Android e iOS, os usuários podem bloquear rapidamente seus aparelhos, linhas telefônicas e aplicativos bancários em caso de roubo ou furto.

Uma nova atualização do programa tem agora como objetivo recuperar aparelhos furtados e roubados. A proteção oferecida também foi ampliada para incluir a prevenção de golpes financeiros.

Para desenvolver esse protocolo, foi criada uma equipe

baseada na experiência bem-sucedida do governo do Piauí, o *Cell Guard*. O delegado Matheus Zanatta, coordenador do programa no estado, explicou que a motivação foi otimizar o processo de intimação.

A alimentação do banco de dados e a integração com bancos de outros estados são os principais desafios, afirmou o delegado. Para ele, a unificação de 11 estados aderirem ao mesmo sistema será um empecilho para a implementação nacional.

“Conseguimos reduzir significativamente os crimes de roubo de celulares em Teresina, tivemos uma redução em 42% nos crimes do tipo no primeiro semestre, e aumentamos em 311% na recuperação de celulares em comparação com o mesmo período do ano passado”, conclui Zanatta.

Receptadores

O programa expandido, além de recuperar aparelhos celulares, visa também identificar receptadores, seguindo o modelo de recuperação de celulares do Piauí. Quando os aparelhos têm registro de furto ou roubo, os proprietários dessas linhas são intimados via WhatsApp a comparecer à delegacia para esclarecer a situação. Caso não apresentem a nota fiscal, devem entregar os aparelhos às autoridades, que os devolverão aos verdadeiros donos.

Os resultados são promissores. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Piauí, desde a implementação do protocolo estadual em 2023, houve uma redução de aproximadamente 50% nos roubos e furtos de celulares em Teresina. Além disso, oito mil celulares foram devolvidos aos proprietários em seis meses. (PJ)

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

A República exaurida

O mais recente entreviro envolvendo governo, Congresso e STF foi outro sinal da exaustão da governança pública – um quadro de dificuldades orçamentárias, exemplificado pelo velho provérbio segundo o qual “em casa onde falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão”. Muitas disfunções emergem deste conflito no qual o pão é abundante, mas mal distribuído e, sobretudo, muito mal assado.

A disputa, mais um dos choques cada vez mais comuns entre os três poderes constitucionais, agora foi pelo destino do que tem jeito de dinheirama, e é os R\$ 44,7 bilhões de emendas com as quais os parlamentares irrigam suas bases eleitorais. Mas trata-se de um troco comparado à Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê receitas (o grosso delas de impostos) e fixa despesas para o ano corrente.

Excluindo do orçamento o pagamento de juros da dívida do Tesouro e transferências constitucionais para estados e municípios, o naco federal das despesas — chamadas de primárias — é gordo, R\$ 2,2 trilhões. As emendas representam, em números redondos, 2,0% desse total. Pouco, em termos relativos. Muito, em valor absoluto.

Equivale ao que o governo pode gastar em obras de infraestrutura em 2024, o que já é uma ninharia. O pé grande da necessidade dos investimentos tem de se acomodar no sapato aparentemente apertado do orçamento. Na verdade, é folgado, já que a carga tributária é de 33% do PIB, maior entre as economias emergentes. Apesar dela, o orçamento é deficitário há onze anos seguidos, inflando a dívida pública bruta, hoje de 78% do PIB e tendendo a 81% em 2025.

Mas a rinha da semana que mobilizou os onze ministros do STF, os presidentes da Câmara e do Senado, o chefe do Ministério Público e dois ministros palacianos mais próximos do presidente Lula foi por um naco disso, R\$ 11 bilhões, referentes às emendas de comissão das casas do Congresso, distribuídas sem critério e transparência.

Emendas individuais, únicas com obrigatoriedade constitucional, totalizam R\$ 25 bilhões para os 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores). Tem mais R\$ 8,5 bilhões de emendas de bancada, uma por estado, feitas impositivas pelo voto do Congresso. E estamos assim: carentes de investimento, com a economia crescendo graças a aditivos fiscais, e os representantes eleitos disputando o quinhão que lhes tonifica eleitoralmente às custas do resultado de todos.

“Me engana que eu gosto”

Em suma: nosso regime político é presidencialista, mas regido por uma Constituição pensada para o regime parlamentarista negado pelo eleitor no plebiscito de 1993. Nem se previu a facilidade de o presidente da República dissolver o parlamento e chamar eleições, como em países que combinam os dois sistemas (França, Peru etc.).

O quadro se agravou por que a constituição de 1988 fez mais. Deu a estados e municípios ampla autonomia orçamentária, estendeu os benefícios sociais numa sociedade com educação sofrível e carente de bons empregos, e isso quando o orçamento federal e da Federação já era menor que as suas obrigações com as famílias, fazendo a emissão monetária o meio de pagar contas. Ou seja, com inflação, debelada pela reforma monetária de 1994, seguida de aumentos de impostos.

Tudo isso em meio à anemia do investimento público e privado, com crescimento pífio, a emergência da Ásia como potência industrial, o que desviou a manufatura multinacional do Brasil para lá, e cada vez mais os descompassos estruturais sendo empurrados para frente, por meio de programas compensatórios de transferência de renda.

O problema não é a socialdemocracia que nos governa desde o fim do regime militar em 1985. É o exercício de vontades sem base econômica, coincidindo com a disseminação dos programas de estabilidade macroeconômica e dominância privada do capital financeiro. Num país viciado em subsídios, a prioridade do ajuste fiscal tem sido à base do “me engana que eu gosto”. A perda da inteligência do Estado planejador ajudou a arruinar o resto.

“É dando que se recebe”

O sistema político disfuncional tem feito eleger presidentes com maiorias no Congresso formadas à base do “é dando que se recebe”, um clássico do fisiologismo político. Até 2002 funcionou mais ou menos dada a relativa identidade entre o partido governante (PSDB) e os de sua base aliada (PFL, a costela do centrão, e o MDB).

De 2003 a 2016 a direita se fragmentou, o centro não se expandiu e a esquerda nunca chegou nem perto de um terço da Câmara. E aí?

Como há a crença de que o Congresso tem de validar as promessas do presidente eleito, faz-se de tudo para construir maiorias de ocasião. E chega-se às razões de o orçamento ter se esgarçado, o Congresso intuir que sua maioria divergente do viés programático do governo lhe permitia tirar do presidente a caneta para liberar as emendas (a chantagem mudou de mão) e outras tantas distorções.

O último capítulo está na emergência do STF como poder moderador, com viés a favor do governante de turno, confundindo sua vocação de corte constitucional com atos legislativos e até policiais. A intenção pode ser boa, mas gerando insegurança jurídica e dando ao extremismo de direita ainda muito forte um discurso antissistema.

Inteligência política

Pondo foco na disputa orçamentária, que é de partilha do quinhão da renda assalariada e de capital que os governantes tiram sob a forma de tributos e inflação, chega-se a outra analogia muito bem exposta pela gestora Kinea Investimentos em sua última newsletter.

“Tal como Frankenstein perdeu controle sobre sua criação, o Brasil luta para domar seu próprio monstro fiscal, enfrentando desafios persistentes e crescentes, enquanto a criatura passa a consumir cada vez mais do processo econômico. As diversas reformas e tentativas de ajustes fiscais têm se mostrado insuficientes para corrigir problemas estruturais já profundamente enraizados”.

Aumentar mais impostos até funciona, mas se fechar o dreno de um sistema fiscal em que 92% do orçamento é de execução obrigatória e indexado à inflação e ao resultado do PIB. Pense na previdência e na população que já na década de 2030 terá mais idosos que jovens e diminuirá a partir de 2042. Esse déficit como está não fecha.

Hoje há 104 milhões de pessoas recebendo algum cheque público, R\$ 1,6 trilhão, 15% do PIB, segundo o estudo da Kinea, para um total de 141 milhões de adultos (15 a 64 anos). ‘Arcabouços’ fiscais não dão conta disso. O que nos falta é inteligência política para sair dessa armadilha, só superável com mais oferta e reformas a rodo.